

DA CERÂMICA AO PLÁSTICO: ARQUEOLOGIA HISTÓRICA DAS POPULAÇÕES PESCADORAS DO LITORAL NORTE DA BAHIA AO LONGO DO SÉCULO XX

Rafael de Abreu e Souza

... Eu não tenho onde morar
É por isso que eu moro na areia
Vivo na beira da praia
Com a sorte que Deus me deu...
(Dorival Caymmi - *Eu Não Tenho Onde Morar*, 1965)

Perhaps my initial disdain of the appearance of modernity reflects abias by archaeologists as to the “relevance” of historically recent case material. Similarly my “discovery” of its “relevance” is something which “historical archaeologists” need to discover (Lewis Binford, *Historical Archaeology – Is it historical or archaeological?*, 1977).

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões em torno dos sítios arqueológicos históricos escavados na região da Costa do Sauípe, litoral norte da Bahia, a partir do ponto de vista de estudos sobre consumo. Através de sua análise, discorre-se sobre as relações entre a cerâmica comum, a louça branca e materiais como o plástico e o ágata, ao longo do século XX, e como se substituem ou coexistem, apesar da louça branca ter tido pouco espaço dentre a população da região. Além disto, aventam-se hipóteses para o uso e manipulação do ambiente pelos habitantes da região e sua relação com práticas de descarte e com suas possíveis visões de mundo enquanto população pescadora.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Histórica, Sauípe, Século XX

ABSTRACT

This paper aims to highlight questions about historical archaeological sites excavated at Costa do Sauípe, north of Bahia state, based on consume approaches. Through the analysis of

artifactual assemblage, it is discussed aspects of the relationship between local/regional ceramics, refined earthenware and materials as plastic and enameled iron artifacts, during the 20th century. As shown by artifactual analysis, those objects had replaced each other, although refined earthenware, apparently, do not displace a significant role at the material cultural expressions of local population. Besides, the paper points out aspect of environment manipulation by the inhabitants and its relation with discards practices and their world view as a fisher community.

KEYWORDS: Historical Archaeology, Sauípe, 20th Century

INTRODUÇÃO

Pensar uma Arqueologia das populações que viveram na região de Sauípe¹, durante o final do século XIX e ao longo do século XX, é um desafio para o qual a Arqueologia Histórica possui abordagens e metodologias próprias que permitem abordar expressões materiais de culturas que existem no mundo contemporâneo. Realizando uma cartografia profunda da paisagem cotidiana através da conexão entre lugares, artefatos e pessoas, e contando outras histórias a partir dos objetos (de forma diferente da convencional), a Arqueologia torna-se a única narrativa possível para abordar certa realidade (tendo em vista a raridade, frequente, de fontes escritas e as especificidades dos mecanismos de memória e história oral). Em contextos como o que se apresenta, a Arqueologia assume tarefa política no sentido de construir memórias de grupos marginais (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; GONZÁLEZ-RUIBAL et al., 2010), como os pescadores.

Este trabalho tem como objetivo apresentar as primeiras reflexões em torno do material resgatado no âmbito do Programa Arqueológico de Resgate Complexo Ecoturístico Etapa 1, Costa do Sauípe (1997-2001) e do Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico Empreendimento Quintas de Sauípe (2004-2006). O programa arqueológico em Sauípe, aos moldes da Arqueologia Preventiva, possibilitou, desde a primeira etapa iniciada em 1997, o levantamento e cadastro de 41 sítios arqueológicos (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006; 2007).

Para o presente artigo, entretanto, o foco estará nos sítios arqueológicos históricos que abarcam, em sua maioria, a primeira e a segunda metade do século XX, sendo eles:

Tabela 1

(Sítios Arqueológicos Históricos estudados)

Sa 2	Unidade habitacional	Séculos XIX/XX (1ª metade)
Sa 4	Unidade habitacional	Séculos XVIII(?) /XX
Sa 17	Unidade habitacional	Século XX (1ª metade?)
Sa 19	Unidade habitacional	Século XX (1ª metade)
Sa 20	Cabana (ocupação temporária)	Século XX

Sa 21	Unidade habitacional	Século XX (2ª metade)
Sa 22	Unidade Habitacional	Século XX
Sa 28	Unidade habitacional	Século XX (1ª e 2ª metade)
Sa 29	Unidade habitacional	Século XX (2ª metade)
Sa 34	Unidade habitacional	Século XX (2ª metade)
Sa 35	Unidade habitacional	Século XX (1ª metade?)
Sa 36	Unidade habitacional	Século XX (2ª metade)
Sa 38	Unidade Habitacional	Século XX
Sa 39	Unidade Habitacional	Século XX
Sa 40	Unidade Habitacional	Século XX
Sa 41	Unidade Habitacional	Século XX

Os sítios associam-se à história da região entre o final do século XIX e o final do século XX (aproximadamente até a década de 1970/1980), desde a aquisição da Fazenda Sauípe pelo cônsul americano Sigismundo Schindler até a compra da propriedade por Norberto Odebrecht, na década de 1940, e os desdobramentos ocorridos da transação imobiliária a partir daí. Os sítios correspondem a locais de antigas ocupações (unidades domésticas) de moradores da região, pescadores, cuja cultura material dialoga com as dinâmicas surgidas frente à relação com os novos donos “legais” das terras onde moravam. Tais ocupações parecem findar com, praticamente, a saída dessa população da área, quando do início da construção do Complexo Ecoturístico da Costa do Sauípe nos anos 1990. Mais adiante ampliar-se-á o contexto histórico da região.

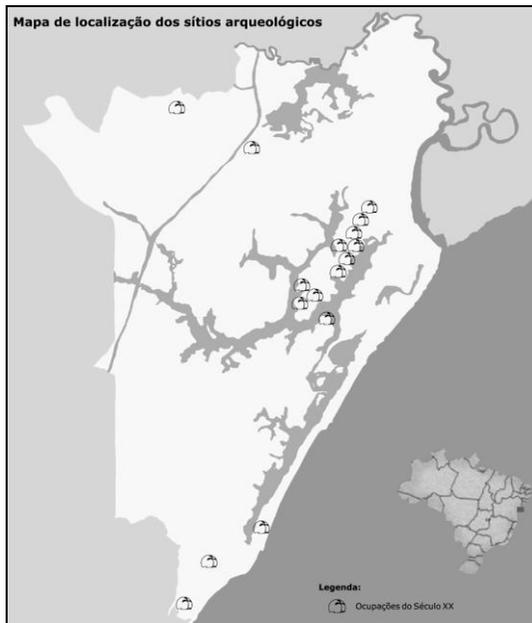


Figura 1: Mapa de distribuição dos sítios (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006)

Longe de definir a Arqueologia Histórica como o estudo das sociedades com escrita (já que a maior parte das sociedades ainda hoje tem suas culturas baseadas na oralidade) ou presa a amarras cronológicas e espaciais, entende-se aqui que “historical archaeology is about a process rather than era or a condition (...) the process that have formed and shaped modernity, and the way that past is understood from the perspective of the present” (HALL e SILLIMAN, 2006: 2).

No fulcro deste processo, o capitalismo, interpretado através do consumo e da produção, é encarado como parte de algo mais amplo atrelado à modernidade, deixando de ser o foco principal da abordagem. Também não é encarado como ente monolítico que transforma tudo e todos a partir do século XVI. Priorizar o capital como foco de estudo, sua emergência, expansão e eventual dominação como um processo inevitável passa longe do poder da consciência e das diversas formas de ação e reação dos grupos humanos. Focar a Arqueologia Histórica apenas no surgimento e expansão do capitalismo deixa de lado aspectos políticos e culturais que antecedem e acompanham tal processo e que localizam e particularizam suas formas de expressão (THERRIEN, 2006) no contexto da modernidade. Esta particularização das formas de expressão pressupõe pensar um consumo e um consumidor ativos no processo de

composição de seu aparato material, partindo do pressuposto do consumo como ferramenta para construção de identidades fluidas e plurais (MALUF, 2002).

A relação entre os conjuntos artefatuais como resultantes do ato de consumo leva em consideração a crítica à existência de sistemas de pensamento e percepções que transcendem os poderes dos sujeitos individuais que estavam dentro daqueles sistemas e que, portanto, tinham nenhum poder sobre eles, apenas a escolha de usar estes sistemas ou por eles serem usados (SAID, 2007: 28). Vai de encontro, igualmente, às críticas feitas por David e Kramer (2002: 17) para os quais “o comportamento humano não pode ser determinado pela – ou totalmente explicado através da referência a formas e regras sociais porque as pessoas são resolutas e possuem intencionalidade e autoconsciência”.

Perceber os pescadores sauipeanos por sua cultura material permite olhares à dinâmica cultural de determinados grupos humanos frente a alguns fenômenos da modernidade em diálogo com aspectos do capitalismo, como o consumo. Também traz a tona modos através dos quais os indivíduos ressignificaram, readaptaram e se reinventaram em seus cotidianos a partir de certas táticas forjadas em meio à intensificação das relações de poder entre diversas esferas socioeconômicas ao longo do século XX. Tais relações participam do jogo de forja das identidades que se estabelecem a partir de um contato com o *outro* (HARTOG, 1999).

Tendo em vista tais pressupostos, os sítios arqueológicos históricos aqui estudados interessam, como se afirmou, na medida em que possibilitam refletir sobre as táticas tomadas por essas populações pescadoras em seus cotidianos frente àqueles que passaram a ser donos dos territórios que, tradicionalmente, ocupavam há, pelo menos, mais de um século. Estratégias e táticas, a partir de uma ótica decerteauiana, são dialógicas ao universo material que essas pessoas tinham acesso e produziam, e as diferentes formas de utilização de variados materiais, mediando relações sociais, produzidas pelo homem e produtoras das identidades plurais dos mesmos.

Para De Certeau (2007: 54), produção e consumo ligam-se através de uma economia pautada na replicação de bens possuídos em bens a perder, pois, para o autor, à divisão entre gastar e guardar corresponde a opções culturais e políticas. O consumo, deste modo, é qualificado como outro tipo de produção (que não a racionalizada, expansionista, centralizada), astuciosa, dispersa, que se insinua “ubiquamente, silenciosa, quase invisível, que não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (DE CERTEAU, 2007: 39). Segundo sua perspectiva, há operações que

caracterizam o consumo na rede de uma economia e reconhece nestas, “práticas de apropriação dos indicadores da criatividade que pulula justamente onde desaparece o poder de se dar uma linguagem própria” (DE CERTEAU, 2007: 44). Estas operações são *margens de manobra* permitidas aos usuários pelas conjunturas nas quais exercem suas artes de fazer na invenção do cotidiano. Tais manobras pautam-se nas táticas de consumo, as armas dos consumidores e dos “dominados”, “engenhosidades do fraco para tirar partido do forte”, que desembocam em uma “politização das práticas cotidianas” (2007: 45), e nas estratégias, usadas pelos produtores e pelos dominantes, “cálculo de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’” (DE CERTEAU, 2007: 46).

Táticas são desviacionistas, não obedecem à lei do lugar, utilizando, manipulando ou alterando, enquanto as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor. É no cotidiano que as inventividades próprias fazem-se presentes na ação, onde são criadas maneiras de utilizar sistemas impostos, constituindo resistências a leis históricas de um estado de fato e suas legitimações dogmáticas (DE CERTEAU, 2007: 79). Na ordem das zonas do poder é sempre possível uma prática desviacionista.

Por isso, a ideia de padrões normativos de consumo para populações pescadoras deve ser pensada parcimoniosamente. Aqui, a reflexão sobre os conjuntos artefatuais oriundos de sítios referentes a ocupações pescadoras dos séculos XIX e XX aproximam-se de abordagens que retornam “a uma filosofia do sujeito que recusa a força das determinações coletivas e dos condicionamentos sociais” (CHARTIER, 1991: 175), postulando-se contra as determinações imediatas das estruturas às capacidades inventivas dos agentes e contra a submissão mecânica das estratégias da prática à regra (Chartier 1991: 176). Se o consumo é uma “arte de utilizar”, caracterizada por seu “esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas ‘piratarías’, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em sua uma quase invisibilidade”, como pontua De Certeau (2007), e este “utilizar” pauta-se em referências culturais, identiárias, etc., como trabalhar com regras e normas demasiado rígidas no consumo? É claro que existem, sim, discursos normativos sobre o ato de consumir e usar, mas não se pode esquecer das diversas significações e usos que o consumidor dá aos diversos objetos na dinâmica do dia-a-dia.

A variabilidade artefatural presente nos acervos resgatados das escavações em Sauípe indicam que, ao menos quando se refere ao “Novo Mundo”, também sua materialidade tornou-se cada vez mais complexa, com uma altíssima tipologia de matérias-primas, denotando intrincadas redes de relações comerciais e de trocas em escalas locais, regionais e globais

(ORSER, 1996). A aparente superficial e homogênea produção industrial em massa crescente no período mascaram, para olhares impressionistas, por exemplo, o consumo de bens consertados, emendados e reciclados (PURSER, 1999: 117), as próprias táticas e ressignificações. Como, ademais, estes itens industrializados dialogam com as tradicionais cerâmicas de produção local/regional ou, mesmo, que significados ganham ao longo de suas vidas?

Frente às inúmeras formas de aquisição e uso destes objetos, fica difícil pensar que as pessoas estão sempre presas a padrões “burgueses” de consumo ou submetidos a normas e regras sociais imutáveis e incontestáveis (DE CERTEAU, 2007). Sabe-se que, ao menos para o contexto do século passado, as pessoas mantiveram práticas “não submetidas aos discursos e estratégias oficiais mesmo por aqueles que eram partícipes das novas ideias e mudanças provocadas pela construção de uma modernidade em termos nacionais” (TOCCHETTO, 2003: 66).

Por isso, trabalhar com populações consideradas grupos sociais marginais, cujo *status* econômico é muitas vezes classificado como “menos abastado” ou “pobre”, segundo uma visão bastante limitada das relações socioambientais destas populações pautadas em dados econômicos (salariais, por exemplo) se mostra imprescindível no campo da Arqueologia (HALL, 1999). Pescadores, operários, sertanejos, a parte dos registros escritos e por isso aparentemente “fora da História”, são entendidos pela Arqueologia também enquanto sujeitos históricos, ativos e presentes na construção do mundo que os cerca, aspectos caros a práticas de consumo. Abordar sítios arqueológicos relacionados a suas ocupações possibilita, ainda, tecer questionamentos em torno da própria Arqueologia Histórica enquanto campo (o que se define como Arqueologia Histórica? Onde “acaba” temporalmente? Há uma clara definição epistemológica da práxis arqueológica?) e notar que muitas generalizações tomadas de estudos mais pontuais não podem ser aplicadas de forma atemporal e a-espacial. Com estes pressupostos em mente, mergulhou-se no cotidiano doméstico destes pescadores.

DA CERÂMICA AO PLÁSTICO: VESTÍGIOS MATERIAIS DOS SÍTIOS HISTÓRICOS DE SAUÍPE

A partir do final do século XIX assiste-se, em Sauípe, a uma mudança acentuada no que se refere a como a população local, pescadora, passou a lidar com os novos donos “oficiais” ou “legais” da terra. Na verdade, algo que fica constatado através da análise dos sítios arqueológicos do período tratado aqui é que a noção de “isolamento” da região, presente muitas vezes no senso comum, é questionável. Sob perspectiva diacrônica, fica evidente que a noção de “isolamento” surge apenas no século XX, quando a região é englobada pela esfera capitalista do núcleo urbano

de Salvador e a noção (um pouco colonialista, é verdade) de isolamento/periferia passa a ser mais forte. Apesar das dificuldades e da demora em ir de Salvador a Sauípe antes da abertura da Rodovia Linha Verde, já na década de 1990, não se pode dizer que a região era “isolada”. Toma-se aqui a afirmação de Chalhoub (2001) segundo o qual só existe exclusão de um grupo quando de sua inclusão à esfera que passa a marginalizá-lo, o que parece ter se passado em Sauípe.

Através da noção de isolamento, fruto de pensamentos etnocêntricos que ganham força com o século XIX, arraigando relações que pressupõem um centro e um mundo a ele periférico, a ideia de “marginalização” passou a recorrer em diversos campos discursivos e a existir como pano de fundo para muitos dos projetos de modernidade latino-americanos (CHAKRABARTY, 2000). Isto não quer dizer que a população da periferia se vê como tal. Só existem periferia e centro para quem “se faz” como centro. Essa noção passa a ser importante, aqui, na medida em que mostra que a população de Sauípe não adquiriu ou usou produtos europeus e industrializados por desejar “ser Europa” ou desejar se parecer com algo que vem de “cima”, uma elite que ditava todas as regras. Isto talha noções de cultura e identidade, como se grupos socialmente e economicamente diferentes não fossem detentores de um aparato cultural próprio, sendo sempre uma cópia ou uma “cópia mal feita” de um suposto modelo original (seja de comportamento, modernidade, etc.) como demonstrou Schwarz (1989).

No século XX, mudanças começam a ocorrer na própria noção de mundo socialmente compartilhada pelas populações pescadoras da região. Frente às relações com o *outro* (pessoas vindas de Salvador ou ligadas aos empreendimentos turísticos da região) e com o poder político ligado a expansão de um capitalismo soteropolitano cada vez mais associado aos bens de raiz, essas áreas, na medida em que foram englobadas a esta esfera, começaram a ser marginalizadas, e aí, sim, concatenadas à noção de isolamento. Portanto, estes pescadores do litoral norte da Bahia só passam a estar afastados quando se aproximam da esfera econômica dos principais núcleos urbano-industriais. Tal fato fica evidente na cultura material dos sítios.

Os sítios arqueológicos relacionados ao final do século XIX e início do século XX possuem uma maciça quantidade de cerâmica de produção local/regional, que declina em direção aos dias atuais. Estes artefatos relacionam-se a produção oleira local que fornece elementos para o estudo de uma produção artesanal já desaparecida ou em vias de desaparecimento em Sauípe. O arsenal cerâmico de produção local/regional² apresenta, para os sítios mais antigos (fim do XIX e primeira metade do século XX), uma expressão significativa,

oscilando entre 83 e 100% do total do material que compõe cada coleção (excluindo fragmentos de telha).

À medida que se avança no século XX, observa-se uma queda acentuada do percentual representado pela louça de barro doméstica, que passa a oscilar entre 0 e 60%. A cerâmica foi sendo, aos poucos, substituída por outros produtos industrializados, na medida em que a população (comunidade) parece ter perdido, em parte, a capacidade de ser autossuficiente no que se refere à produção de objetos associados ao universo da alimentação. Como nota-se no gráfico abaixo, a presença de cerâmica (apesar de estar totalmente ausente apenas no sítio Sa 22) é inversamente proporcional a do plástico ao longo do século XX.

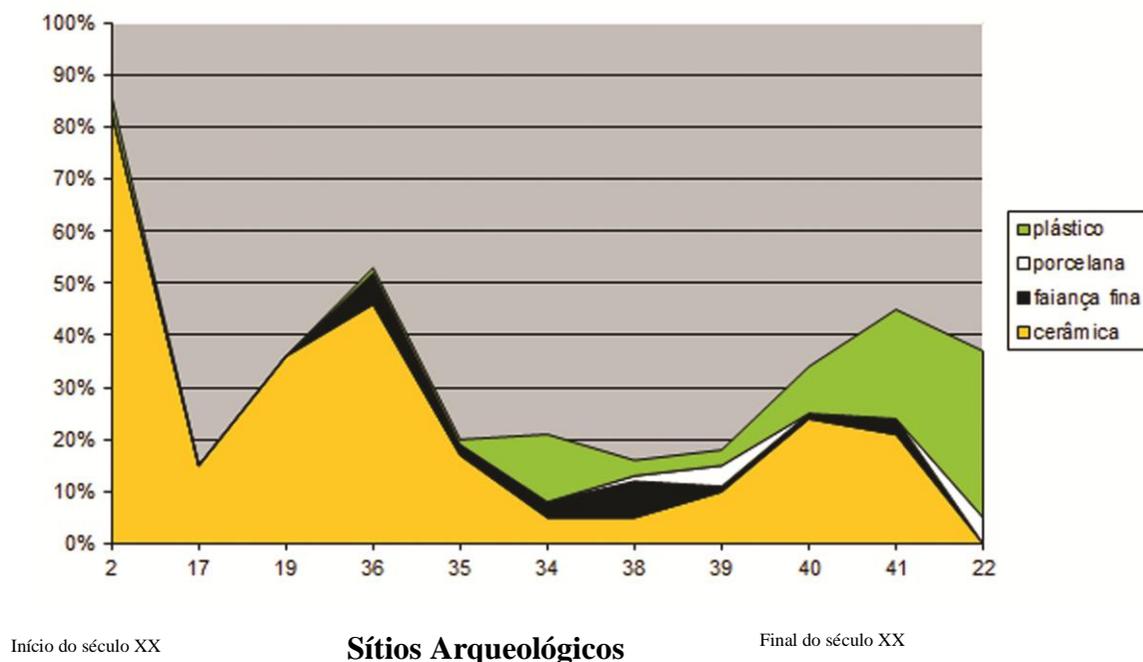


Figura 2: Gráfico com percentuais das categorias artefatuais por sítio arqueológico no tempo (verde: plástico; branco: porcelana; preto: faiança fina; amarelo: cerâmica)

Parêntese seja feito quanto ao uso da cerâmica (totalmente feita em torno). O fato de não ser mais usada cotidianamente para servir refeições, não quer dizer que tenha sido extinta. Ainda hoje há, em Sauípe, panelas de barro e outros recipientes de menor recorrência no registro arqueológico. A presença de fragmentos de talha de barro (Sa 40) e de filtros de barro

(Sa 28) é sintomática do processo. Algo muito interessante e que ainda merece estudos aprofundados é o fato da cerâmica permanecer até a atualidade associada à água. Diante das inovações tecnológicas quanto ao uso da água para beber, ainda é muito comum, no Brasil, o uso da cerâmica como filtro (produto caracteristicamente nacional), talha e moringa (BELLINGIERI, 2004). Estes recipientes estão ligados a uma produção local de cerâmica que perpassou o tempo e as transformações daquela sociedade – característica cultural regional que permaneceu e parece ter se firmado enquanto parte de uma identidade social e historicamente construída.



Figura 3: Oleiro e olaria em Sauípe (Acervo pessoal Paulo Zanettini)

Torna-se claro que a adoção de produtos industrializados, sobretudo aqueles de maior durabilidade e utilizados até a sua exaustão (devido ao seu valor como produto adquirido) no âmbito das atividades domésticas de produção e consumo de alimentos (panelas e chaleiras de ferro, bacias de ágata, flandres, canecas de alumínio), provocaram um colapso no consumo de bens de produção local e regional.

O uso dos produtos industrializados e, concomitantemente, a dificuldade, por *n* razões, de repô-los, fez com que reutilizações se tornassem práticas bastante comuns e visíveis no contexto arqueológico, em especial os mais recentes. Não que não existissem antes, tendo

sempre em vista a multifuncionalidade dos objetos (ciclagens laterais³, por exemplo, mais difíceis de serem percebidas), mas, com o decorrer do século XX e os efeitos econômicos trazidos pela inserção de Sauípe na esfera desse capitalismo, a população (agora sim) tornando-se ou adotando modos de vida mais urbanos, passando a ser classificada, a partir do pouco claro conceito de “pobreza” (EZEQUIEL, 1998), perdeu a capacidade de auto-abastecer-se com alguns víveres, como foi o caso de produzir seus próprios recipientes cerâmicos. Deste modo, passou a lidar com os problemas de aquisição de bens industrializados, seus preços e acessos. O pressuposto schifferiano de que reutilizações de artefatos são bastante comuns em todas as sociedades e podem ocorrer por diversos fatores com destaque para “o menor custo da reciclagem em relação ao custo de aquisição ou produção de um novo artefato” (SYMANSKI e OZÓRIO, 1996: 44), parece ser válida aqui.

Com o acesso limitado a tais bens, as pessoas da região começam a reutilizar os objetos das mais diversas maneiras, muitas vezes mudando sua forma para usos diferenciados daqueles ditos pretendidos. Foram encontrados, assim, inúmeros objetos reciclados como garrafas PET⁴ cortadas na metade (Sa 22) ou usadas como peso de rede de pesca (Sa38), sandálias de borracha⁵ com arame (Sa 38), ou também como bóia, latas de tinta como baldes (Sa 41), cocos como cabaças e cuias (Sa 35 e Sa 39), canos de PVC⁶ cortados para ter ponta, borracha de pneu usada como fôrma para sola de calçado (Sa 41) – sintomas de como essa população, em seu cotidiano, resolveu questões surgidas na dinâmica do próprio dia-a-dia (os “*patchworks* do cotidiano” segundo De Certeau [2007: 46]) além de forjarem táticas para se adaptar aos inconvenientes trazidos pela incorporação à esfera econômica do país.

Ou seja, para dialogarem com os recursos de uma ordem social dominante (os produtores) que através de certas estratégias manipulam relações de força, os habitantes da região de Sauípe (os consumidores) reagiram, subverteram e ressemantizaram os objetos através das táticas. É interessante perceber que quanto mais recentes os sítios, mais evidentes ficam as práticas de reutilização dos objetos, com destaque para os usos secundários, quando ocorre alteração do artefato devido à utilização, quebra ou à própria manutenção (SCHIFFER, 1977: 31).

A enorme quantidade de vidros, além da entrada de novos materiais como os derivados do plástico⁷ (pós 2ª Guerra) e os metais, mostra como os sauípeanos optaram por materiais de maior durabilidade, frente ao pouco acesso e ao pouco dinheiro disponível para trocar

frequentemente tais objetos. Um prato de plástico dura muitíssimas vezes mais e é muito mais barato (reflexo de seu processo produtivo) do que uma louça branca.

Aliás, característica interessante destes sítios é a quase ausência de louças brancas, tanto porcelanas brasileiras como faianças finas, de produção forânea ou nacional. Quando a cerâmica passa a não mais fazer parte predominante dos objetos utilizados cotidianamente pelas pessoas em Sauípe, já em período avançado do século XX; como se pode perceber no Gráfico 1, ela não é substituída pela louça branca, mas quase que diretamente pelo plástico⁸, pelo alumínio e pelo ágata (ferro esmaltado)⁹.

O plástico, enquanto material barato, de fácil reposição e durável, passa a ser importante no cotidiano das pessoas em Sauípe. Através de estudos sistemáticos de sítios arqueológicos do século XX, será possível realizar maiores reflexões em torno deste tipo de artefato tão pouco estudado pela Arqueologia Histórica. Com a popularização do plástico e da borracha em produtos para consumo doméstico a partir da década de 1960, este começa a ser mais recorrente nos registros arqueológicos. Como o plástico aparece após o surgimento da faiança fina nacional e durante a época de popularização da porcelana brasileira, isto faz com que a primeira apareça nos sítios, mas a segunda não (ou muito pouco). A faiança fina aparentemente competia, na primeira metade do século XX, apenas com a cerâmica, mas a porcelana brasileira passou a competir com o plástico e com o vidro, na segunda metade, e parece ter “perdido”, como sugere o Gráfico 1. Por isso nos sítios em Sauípe foram encontrados poucos fragmentos de porcelana brasileira, mostrando que este tipo de louça não teve entrada no cotidiano daquelas pessoas (menos ainda que a faiança fina), ou, se teve, fazia parte dos objetos pouco usados, pouco manipulados cotidianamente e, portanto, pouco frequentes no registro arqueológico.

Abre-se aqui um parêntese para explicar o que está sendo entendido por “porcelana brasileira”. Porcelana brasileira é o termo êmico que se adota aqui para referir-se ao que eticamente os arqueólogos chamariam ironstone¹⁰, um “ironstone nacional” que passa a conquistar o mercado a partir da Segunda Guerra. Na história da louça nacional, nunca uma fábrica chamou sua louça de ironstone, designação inglesa adotada igualmente nos EUA (maior cuidado deve ser dado à importação de terminologias estrangeiras para a realidade nacional). Tanto a “verdadeira” porcelana quanto o ironstone foram chamados de porcelana no Brasil, e as fábricas estavam sim, para elas mesmas e para os consumidores, produzindo e consumindo porcelana. É interessante fazer essa divisão quando da análise do material de sítios do século XX, mas é importante saber que isso não tinha significado para o universo do consumo, a não ser em

relação ao preço, o que era relacionado à simples existência de porcelanas de diferentes qualidades (como de fato existe). Para produtores e consumidores no Brasil, sempre se produziu porcelana, independente dos componentes da pasta e do processo produtivo se assemelharem de algum modo ao ironstone inglês ou norte-americano. Além do mais, muito do processo e dos elementos adicionados à composição básica da pasta configuraram-se em âmbito nacional, particularizando a massa que conforma a porcelana brasileira. Por isso, a partir de olhar baseado na demanda e no consumo, emicamente, Souza (2012) afirma que a porcelana barateou-se (ou o que se entendia como porcelana), pois, para o consumidor, o que era comprado, era, sim, porcelana, a porcelana brasileira.

Fechado o parêntese, em um primeiro momento, todavia, não parece ter sido através do universo alimentar que o plástico entrou na vida das pessoas, apesar de depois ter se tornado popular nesta esfera e passado a competir com outros artefatos com função semelhante. Os artefatos em plástico e em borracha possuem a peculiaridade de estarem ligados, muitas vezes, ao universo lúdico e infantil¹¹. Levanta-se a hipótese de que os objetos em plástico permitiriam discorrer sobre grupos com pouca visibilidade na Arqueologia, como as crianças, já que o plástico parece ter invadido a esfera doméstica antes pela criança do que pelo adulto. Assim, passar-se-ia a encarar a criança tanto como produtor tanto como consumidor da cultura material (POLITIS, 1999). As crianças em Sauípe começaram a ganhar brinquedos de plástico e objetos de borracha, a partir da segunda metade do século XX; alguns dos artefatos apontam nesta direção, como, por exemplo, apitos de plástico (Sa 40) e sandálias de borracha de tamanho infantil (Sa 41)¹². Apesar disso, sabe-se que apitos, em comunidades pescadoras, são também utilizados para comunicação a longa distância no mar.

De qualquer maneira, conversas com alguns moradores de Sauípe sobre a louça branca fizeram perceber o estranhamento das pessoas – muitas provavelmente nunca viram ou nunca usaram algo do tipo – quando perguntadas sobre ela. Mesmo com a fabricação nacional e o barateamento da louça, que passa a ser consumida por camadas da população que antes pouco a utilizavam, ela parece não ter tido abertura. Hipóteses podem ser pensadas, para além da questão funcional, do difícil acesso e da reposição destes materiais. Vale pensar que os habitantes da região, simplesmente, não estavam habituados à louça e que por isso a mesma nunca fez parte do aparato material por eles utilizado. O hábito de usar louça branca, no campo da Arqueologia Histórica, às vezes parece ser dado como “natural”, no sentido do pouco questionamento em torno de conjuntos artefatuais derivados de ocupações com pouca ou nenhuma louça branca ou no porque da escolha de consumo que resultou em sua aquisição,

aspecto certamente relacionado a questões complexas de consumo, acesso e composição sociocultural dos ocupantes. Não obstante as limitações de disponibilidade e custo de certos bens em determinados contextos, o consumidor é dinâmico e ativo (DE CERTEAU, 2007) na aquisição de um produto, e a escolha e o consumo de determinado objeto esconde significados simbólicos e cognitivos (SAHLINS, 2003).

As louças em faiança fina das coleções são seguramente de produção nacional, tendo em vista alguns de seus atributos, apesar de alguns dos sítios terem apresentado faianças finas estrangeiras (Sa 2, 4 e 28), fato que pode estar ligado, além da própria cronologia de ocupação, também às novas relações que se estabeleceram entre a população local e os novos “donos” daquelas terras a partir do último quartel do século XIX. Não apenas as louças, mas a presença de materiais importados nos sítios do século XX tais como as garrafas de gim e licor, parece remeter a táticas adotadas pela população frente à transformação de suas terras em produto comercializável, em propriedade privada de *outro*.

Para uma melhor compreensão deste ponto, é necessária uma pequena digressão histórica a partir de meados do século XIX, quando a localidade conheceu uma transformação significativa com a chegada do norte-americano Sigismundo Sigfried Schindler, que adquiriu os títulos de terras da Casa da Torre no último quartel do século. Schindler, cônsul dos EUA na Bahia, adquiriu vastas porções de terra desde Itapoã até a região da Fazenda Sauípe, introduzindo o extrativismo em larga escala voltado para o mercado externo. Deu início a um plantio organizado de coqueirais, chegando a embarcar milhões de unidades anualmente. Atento ao *boom* econômico da borracha amazônica, devotou-se ao estudo de alternativas, introduzindo, na região, técnicas de extração de látex de uma espécie nativa, a mangabeira (DOCUMENTO / ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2001).

Dentro da ótica econômica do empreendimento, “de olho” nas riquezas naturais da terra, Schindler não se envolveu em litígios de propriedade e, embora detivesse o título da Fazenda Sauípe, permitiu que os posseiros se instalassem e/ou continuasse ali residindo desde que não plantassem árvores de porte, autorizando o plantio de gêneros alimentares perenes. Incorpora posseiros e habitantes do local em sua indústria extrativa, tornando-os sesmeiros.

Vende a propriedade, por volta de 1920, à Companhia Inglesa, que promoveu a diversificação dos produtos agrícolas e o extrativismo, explorando a piaçava, o coquilho (coco da piaçava), que era exportado para a Inglaterra, o látex da mangabeira, para a produção de borracha, e a castanha de caju, servindo-se dos melhoramentos anteriormente introduzidos pelo

norte-americano. O último administrador da fazenda foi o Coronel Fenton, que partiu chamado a combater na Segunda Guerra Mundial. Após a sua partida, a fazenda foi “abandonada”.

Com a falência da Companhia Inglesa, na década de 1940, o Bank of London passa a ser o responsável pelo remanescente da empresa, levando à propriedade a leilão, quando foi adquirida por Norberto Odebrecht em 1949. A Cia Inglesa, assim como o cônsul americano, nunca se fizeram presentes “fisicamente” para marcar seu poder, por assim dizer, na fazenda, como aconteceu no caso da Odebrecht. Por isso, a cultura material parece estar no cerne dos embates estratégicos que envolveram novas definições culturais das identidades da população local frente aos novos usos de seus territórios.



Figura 4: Garrafas importadas do sítio Sa 40

Tendo sido, portanto, as relações com aqueles primeiros donos relativamente “pacíficas”, a população podendo viver ainda em suas terras, houve maior interpenetração da cultura material. Inúmeros objetos estrangeiros são com frequência encontrados nos sítios, como garrafas e louças (faiança fina da Societé Céramique Maastrich que produziu do final do século XIX até a década de 1950 no sítio Sa 28, por exemplo), junto às louças nacionais (em estêncil, transfer-printing, decalcomania, e marcas como Nadir Figueiredo, popular nos anos 1950). As decorações encontradas nas poucas faianças finas indicam uma possível contemporaneidade com a presença estrangeira na região. No sítio Sa 4, por exemplo, padrões

como o blue edge (unscalped, unmolded) (1850-1897) (STELLE, 2001) e o cut-sponge (1842-1900) apontam para períodos de consumo deste material a partir da segunda metade do século XIX. Os esponjados são de produção igualmente nacional, das primeiras décadas do século XX (SOUZA, 2012). Possuir objetos dos ingleses possivelmente estava relacionado a sinais de prestígio e boas relações com os donos temporários da terra, já que, muito provavelmente, a população não deixou de se considerar dona da área.

A relação entre estes os dois “donos”, a Cia Inglesa e a população pescadora local, resultou na troca simbólica de presentes e de bens de uso cotidiano para ambos os lados. O lado “brasileiro” com certeza transformou as mercadorias importadas (e talvez algumas das louças brasileiras) em artefatos com um forte simbolismo e significado, já que, mesmo em sítios mais tardios, ainda se encontram tais objetos (adquiridos, talvez, mas não apenas, por ciclagem lateral). Ou seja, seu caráter especial, simbólico, enquanto objetos semióforos¹³ (MENESES, 1998) fez com que sua durabilidade fosse muito maior, já que pouco manuseados, ao que Schiffer (1977: 29) chamou conservação (conservatory process). Estes processos são especialmente relevantes quando referimo-nos às garrafas de vidro, que devem também ter sido frequentemente reutilizadas como recipientes para armazenagem de outros líquidos. Em sítios arqueológicos históricos deve-se sempre ter em conta que, no caso de garrafas de vidro, logo após o consumo de seu conteúdo inicial, qualquer que tenha sido este, ditos objetos mantêm valor como recipientes vazios (BUSCH, 1991; GÓMEZ ROMERO e BOGAZZI, 1999). Daí o cuidado com a cronologia das ocupações, já que objetos ingleses não remetem necessariamente ao século XIX.

ALIMENTAÇÃO E O MUNDO DA PESCA EM SAUÍPE

Com a compra da área pela CNO – Construtora Nacional Odebrecht, a relação de poder vigente mudou. A população passou a ser gradativamente expulsa da região e o relacionamento entre estes dois “donos” passou a ser mais conflituoso. Obrigados a sair devido à especulação imobiliária, os sauipeanos começaram a adotar novas táticas e a utilizar a cultura material como mediadora para tal. Dentro desta perspectiva, a análise da morfologia dos recipientes parece apontar caminhos interessantes. Existe nos sítios uma constância de recipientes com a forma funda. Por mais que mudem de matéria-prima, sejam pratos em ágata, louças brancas ou plásticos, os recipientes fundos prevalecem. Está se referindo, aqui, às formas conhecidas como pratos fundos e tigelas.

A manutenção do hábito de comer em pratos fundos pode ter a ver com a redefinição de uma identidade gerada frente ao *outro* “indesejado” – partindo-se do pressuposto da identidade forjada quando um *eu* e um *outro* se encontram e estabelecem relações de semelhança e diferença (HARTOG, 1999). A população pescadora ali passou a se reafirmar enquanto sauipeana, “nativa” do lugar, com uma cultura própria que os definia como sauipeanos. Essa cultura tem inúmeros traços, agora exacerbados, e um deles foi o costume de comer em recipientes fundos, o que será mantido apesar das forças de coerção e opressão vindas de fora, porque não pensar, aqui, no conceito de *habitus* definido por Bourdieu (2003: 64), uma vez que a morfologia destes artefatos, a manutenção de suas escolhas e seus modos de serem utilizados resulta de um trabalho social de nomeação e inculcação ao término do qual uma identidade social é instituída, reconhecida por todos, uma lei social incorporada. Ainda hoje, em Vila Sauípe e Porto Sauípe, restaurantes e bares servem em tigelas, assim como as pessoas em suas casas, e as padarias servem até pães em pratos fundos (plásticos). Parece, portanto, que a manutenção desta forma abarca tanto uma esfera funcional como simbólica. Funcional no que diz respeito ao fato da dieta da população ser muito caracterizada pela pesca, com o alto consumo de peixes e receitas envolvendo caldos, pirões e ensopados. Simbólica, no sentido do arsenal material marcar e expressar uma identidade não apenas pela forma como se come, mas onde se come e o que se consome (no que concerne a aquisição dos recipientes).

Quanto a isto, não se pode esquecer da inserção dessas pessoas em uma determinada paisagem e sua relação com o meio ambiente. A grande variedade de recursos naturais presentes na zona costeira torna esta região favorável à prática de um número muito grande de atividades humanas. O desempenho destas múltiplas atividades inevitavelmente resulta em conflitos em torno do uso dos recursos, gerando frequentes tensões de cunho socioambiental (COUTO, 2003). A presença de restingas, manguezais, campos de dunas, terraços marinhos arenosos, estuários e recifes de corais, distribuídos numa estreita faixa, fazem com que nestes ambientes ocorram espécies raras que conferem à mesma uma expressiva importância ecológica. A presença da população pescadora em Sauípe remete a formas de apropriação deste ambiente marítimo também particulares.

Como populações litorâneas, fica evidente a ligação dos habitantes da região com a pesca, não apenas em alto mar, como no manguezal¹⁴. É importante lembrar a capacidade do manguezal de apresentar recursos alimentares altamente concentrados e facilmente coletáveis por homens, mulheres ou crianças (TENÓRIO, 1996: 124). Algumas evidências materiais estão ligadas a este mundo pesqueiro e litorâneo, como a presença de âncora e fechaduras de portas de

embarcações no Sa 2; fragmentos de uma boia antiga em vidro usada para a suspensão de redes de pesca, artefato que não é mais produzido há algumas décadas, hoje substituída por artefatos plásticos, no Sa 35; fragmentos de boia para rede de pesca de plástico e vidro usado provavelmente como peso no Sa 22; lâmpadas pequenas, adotadas na iluminação de embarcações, no Sa 29 e 40; um componente de bomba hidráulica, possivelmente retirado de alguma embarcação, no Sa 34; e garrafas de vidro utilizadas como peso de rede de pesca no Sa 38. Estes artefatos específicos remetem às dinâmicas do conhecimento tradicional, enquanto “conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida” (DIEGUES, 2004: 32), frente às transformações da cultura material (mormente com a industrialização) do mundo onde estão inseridos.

Alguns vestígios alimentares foram encontrados nos sítios arqueológicos, ficando claro o uso do dendê (*Elaeis guineensis*) (Sa 38) e a presença de moluscos e crustáceos em praticamente todos os sítios. Em um deles (Sa 38), foram localizados os restos da carapaça de um guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) cozido. Tais vestígios retificam a relação intensa com o manguezal; apesar disso, o consumo, por exemplo, do guaiamum, indica novos dados em relação a alguns comportamentos dos sauipeanos.

Estudos em torno das populações pescadoras que vivem próximas a mangues e tem nele uma de suas principais fontes de subsistência, apontam para o extrativismo do caranguejo-uçá, *ucides cordatus*, (e seu consumo) como uma das atividades mais antigas (PASSOS e DI BENEDETTO, 2004: 225). É possível que o consumo do guaiamum esteja associado ao impacto da expansão urbana sobre o manguezal e a demanda para atender interesses econômicos (SOFFIATI, 2004), uma vez que o guaiamum é espécie mais resistente e não vive dentro do mangue como o caranguejo-uçá, mas em seu entorno. Com impactos negativos sobre as florestas de mangue, a população passou a relacionar à presença dos hotéis na região e à CNO a culpa pela extinção e pela mudança e retração do manguezal (apesar dessas populações também participarem desses impactos).

Isto pode ter acarretado a construção de novos discursos identitários, frente aos novos ocupantes do território, que passaram a se pautar em relações de identificação do mangue com o sauipeano, somente depois de sua parcial destruição. Assim, o mangue passou, conscientemente, a fazer parte do sauipeano, algo que antes, com a presença aparentemente natural do manguezal na paisagem cotidiana, pode não ter ocorrido. Isto pode também estar diretamente relacionado

a manutenção das formas fundas no contexto de uma nova identificação com o mangue e com os produtos que dele advêm.

Com o novo papel identitário do manguezal, a manutenção de recipientes para receber alimentos associados a ele foi relevante na definição da nova identidade do “ser pescador de Sauípe”. Não apenas os pratos, mas todo um aparato material ligado ao mar e ao mangue (práticas de pesca, cestaria e objetos relacionados à captura de alimentos) se manteve e passou a estar presente nos hábitos diários da população frente aos efeitos da expansão econômica.

MORAR EM SAUÍPE: ENTRE O MANGUE, OS POMARES E AS PRÁTICAS DE DESCARTE

O uso do ambiente em Sauípe, entretanto, está além do universo da alimentação. A cultura material mostra como esta população se utilizou dos recursos locais para construir suas casas, por exemplo. Foi possível reconhecer alguns dos padrões adotados pelos ocupantes da orla no decorrer do século XX. Para a implantação das moradias, foi escolhida a faixa de terreno situada no segundo cordão de dunas, sendo esta protegida e abrigada pela barreira natural de um primeiro cordão mais próximo da arrebentação, eficaz contra o assédio dos constantes ventos vindos do oceano. Também localizaram suas moradias junto aos afloramentos rochosos existentes ao longo da praia, de onde podiam extrair matéria-prima construtiva, além de guardar proximidade em relação aos cursos de água doce e lagunas interiores, explorando intensamente os recursos alimentares por eles oferecidos, como foi possível constatar nas escavações.

Nos sítios trabalhados puderam ser diagnosticados dois tipos de técnicas construtivas: aquelas em massapê (Sa 38 e 39, por exemplo), cujo barro haveria de ser buscado a uma distância de até 10 km sentido interior (Complexo Barreiras), e aquelas estruturadas em alvenaria, cimento e tijolos (Sa 22). Chama-se aqui atenção também para o fato de que a localização de tijolos ou telhas no registro material não implica diretamente em um único tipo de técnica construtiva. Ainda hoje se pode perceber, por toda Vila Sauípe, que a população, como se afirmou anteriormente, se utiliza de inúmeras táticas para burlar problemas e resolver questões que aparecem em suas vidas. Desta forma, muitas casas de massapê possuem partes de suas paredes em tijolos (os telhados variam entre telha capa-canal e palha), assim como muitas casas de alvenaria tem partes em taipa de tapa (pau-a-pique), por exemplo – quando parte da parede de uma casa desmoronou, ao invés de se reformar com cimento e tijolos, utilizaram a taipa.

Além de tijolos, telhas e do próprio barro do lugar, verificou-se a utilização, nas construções, das chamadas *beach-rocks*, afloramentos areníticos comuns e constates nas praias da região. Foram localizados fragmentos com marcas de talhamento nas estruturas construtivas dos sítios Sa 38 e 40.

A inserção destas unidades domésticas na paisagem ainda conta com mais um elemento: os jardins/pomares e a relação destes com as práticas de descarte. Discorrer sobre o jardim das populações pescadoras de Sauípe é algo complexo, dada a ausência de pesquisas sobre o tema. Contudo, apontamentos de cunho amplo podem ser tecidos com base nas fontes secundárias. Parte-se do pressuposto de que um jardim/pomar pode refletir uma ideologia vigente em determinado grupo cultural, sua concepção de espaço, sociedade e natureza, mas também influir ativamente nas relações sociais desta mesma sociedade. Ou seja, é criado pelos homens e ao mesmo tempo os “cria”. Trata-se, portanto, o jardim/pomar como um artefato, um ecofato (FUNARI, 2001), resultante de uma ação humana culturalmente condicionada e condicionante (LEONE, 1984).

Qual, afinal, a concepção de espaço que essas pessoas tiveram ao longo do século XX? Qual o limite¹⁵ de uma propriedade aparentemente sem limites? Os sítios históricos resgatados na segunda etapa de campo (Sa 22, 38, 39, 40 e 41) carregam interessantes informações sobre isto, pois estão inseridos em clareiras naturais. Lembra-se que na medida em que as florestas tropicais são formadas por um mosaico de manchas espacialmente relacionadas entre si, a partir de distúrbios naturais como a queda ou morte de uma árvore, ou a morte de densas moitas (SANTOS, 2007: 13-15), os habitantes de Sauípe parecem ter reaproveitado esta configuração ambiental para morar, especialmente quando nos sítios Sa 22, 38, 39, 40 e 41, inseridos em contexto de floresta de restinga. A dinâmica na formação das clareiras fez com que a floresta, a cada momento, fosse composta por um conjunto de clareiras com diferentes graus de preenchimento, intercaladas a trechos nos quais o dossel permanecia sem mudanças, dando à paisagem vegetal o aspecto de mosaico (SANTOS, 2007: 13).

O aproveitamento das clareiras naturais, por exemplo, no sítio Sa 40, parece ter se diferido daquelas abertas pelo homem a partir de uma clareira natural (Sa 22, Sa 38), justamente pela presença de um jardim/pomar ou quintal. Nestes últimos, plantas frutíferas ou ornamentais delineiam o espaço em torno da unidade doméstica; este limite vegetal (o terreiro de alguns grupos “camponeses” (GUIMARÃES et al., 2007) não delimitaria um espaço público de um privado, mas sim um espaço doméstico, indicador de moradia de algumas pessoas (e não

necessariamente implicaria na exclusão das pessoas de fora). Esses jardins/pomares seriam indicadores de unidades domésticas, de famílias, de pessoas, por assim dizer, e não barreiras ou obstáculos ao trânsito e à passagem, tal qual a concepção de espaços urbanos (muros, grades, etc.). Utiliza-se aqui a designação jardim/pomar porque esta organização botânica do espaço está além da função estética, passando também a ser local provedor de alimentos.

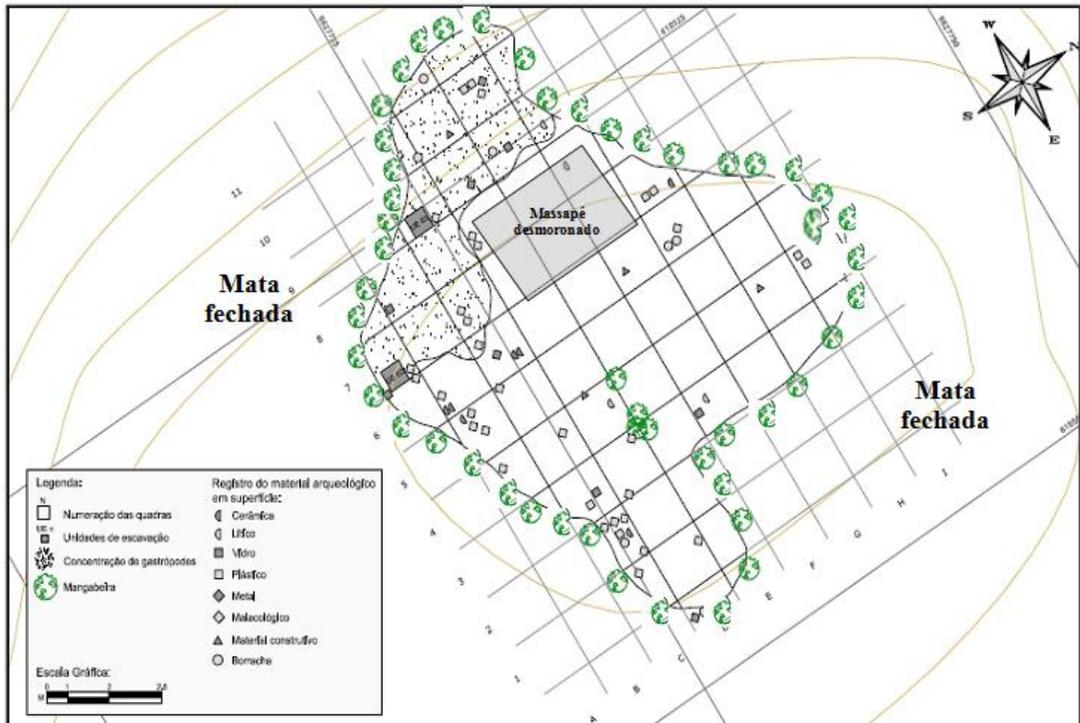


Figura 5: Planta do sítio Sa 38

Estas plantas selecionadas separariam as esferas natureza x homem, “civilizado” x “selvagem”, muito mais do que as relações entre homens. Demarcar o final do espaço humano e o início do espaço natural fica evidente, por exemplo, nos sítios Sa 38 e Sa 22. No sítio Sa 38, a unidade doméstica, de massapé desmoronado, cujo teto era de telhas capa-canal, está inserida em um espaço (clareira) delimitado por mangabeiras (*Hancornia speciosa*), árvores frutíferas típicas da região. As mangabeiras delineiam a mata fechada. No Sa 22, o espaço de moradia é delimitado por um charco e por ingás (*Ingae spp*). Os ingás delineiam o início da mata fechada; entre água e ingás, estão o coqueiral e outras plantas cujos frutos são consumidos

frequentemente por coleta, como a própria mangabeira, a licurioba (*Syagrus coronata*), o araçá-mirim (*Psidium guajava*), o cambuí, e ervas como a hortelã (*Mentha piperita*) (FREITAS e RODRIGUES, 2006).

Delinear o começo do espaço “selvagem” é importante na vida em Sauípe, não como um empecilho de passagem ou uma ruptura total com a natureza, mas como um aviso de cuidado, tendo em vista os perigos presentes “lá fora” (cobras, animais, se perder na mata, etc.). Assim, estas plantas teriam também a função de demarcar o seguro x perigoso, o espaço natural x humano; o pomar teria como função proteger os habitantes que vivem dentro dele. Por fim, esses jardins/pomares/quintais têm toda uma organização de modo a fazer com que não sejam exatamente orientados. Se não fosse, talvez, pela posição da casa, seria difícil localizar uma entrada e uma saída.

Estes usos do espaço influenciaram, claro, as práticas de descarte e levaram a uma reflexão em torno do estudo dos descartes humanos contemporâneos sob ótica arqueológica (ANDRADE, 2006). Ao menos até a chegada (ainda em poucos lugares) da coleta sistemática de lixo, apenas no final do século XX, o lixo doméstico era descartado em superfície, aparentemente fora do espaço delimitado pelas plantas, mas não tão distante. Onde descartar objetos já usados em um “quintal sem fronteiras” de posse? O sítio Sa 38, por exemplo, possui artefatos em torno da unidade doméstica, mas a grande quantidade de material está a aproximadamente 40-50m, onde surgem cerâmicas de produção local/regional, garrafas de vidro, louças e resíduos orgânicos. Sa 40 também possui a maior parte de seus refugos espalhados em superfície, próximos, mas não imediatamente ao redor do massapê. O único que mais se diferencia é o sítio Sa 22, mas deve-se considerar que é mais recente e também uma área de passagem constante (ainda hoje, muitos passam por ali e alguns artefatos podem estar associados às pessoas que ali param para pescar ou coletar frutas). Sabe-se também que “o descarte de lixo a distâncias muito curtas da casa, dando a impressão de ter sido simplesmente arremessado pelas portas e janelas, foi comum no Brasil” (SYMANSKI, 1999: 11).

O uso de grandes quantidades de vidro parece ter ditado uma tendência ao descarte. Nos sítios Sa 28, 29, 35, 38, 40 e 41 observou-se que os vidros estão concentrados em apenas uma área, e os cálculos de número mínimo de recipientes mostram serem partes de garrafas diversas. A maciça quantidade de garrafas de vinho, cerveja e outras bebidas apontam não só para o hábito de consumir bebidas alcoólicas, crescente no século XX, mas para toda uma indústria vidreira local que se especializou na distribuição e produção de recipientes para esta

demanda. A maior parte dos vidros aparenta ser de produção nacional, e regional, em sopro automático (ZANETTINI e CAMARGO, 1999), e muitas garrafas parecem advir de uma produção com aspectos ainda bastante artesanais. As garrafas do sítio Sa 38, por exemplo, com inúmeras bolhas de ar nas paredes, e superfícies rugosas, além de marcas do processo produtivo demasiadamente aparentes, indicam produção em pequena escala, pouco estandardizada, mostrando a entrada de pequenas fábricas na esfera capitalista emergente na região. Esses vidros contêm a marca, na lateral próximo a base, FEIRA - BAHIA e SODA, que aparece também nas garrafas de outros sítios arqueológicos da região, como o sítio Pojuca¹⁶.

No entanto, não se pode relacionar de maneira inquestionável a presença de garrafas de cerveja ou gim ao consumo de cerveja ou gim, uma vez que garrafas vazias são frequentemente reutilizadas para conter outros conteúdos (BUSCH, 1991). Sabe-se que, no Brasil, foi muito frequente o retorno de garrafas de vidro para aquisição de novos produtos com desconto do preço da garrafa em seu preço final, o que pode ter levado ao armazenamento das mesmas por algum tempo dentro das unidades domésticas¹⁷. Nem sempre, deste modo, as garrafas podem ser vistas como guias seguros de comportamentos de consumo (BUSCH, 1991: 77).

A concentração de vidros em apenas um ponto dos sítios está ligada a concepção do espaço como uma área de circulação constante, e caminhar por um lugar com fragmentos cortantes no chão passa a ser bastante perigoso. Analogia seja feita às pesquisas de Symanski no sítio Fazenda Camurugi, no município de Santa Cruz Cabralia, BA, onde percebeu que, para o fim do século XIX, “os ocupante do sítio começaram a ter uma grande preocupação em isolar os fragmentos de vidro das demais categorias materiais, não somente descartando as garrafas por eles quebradas em um ponto focalizado mas também recolhendo aqueles fragmentos mais antigos da superfície, para descarta-los no mesmo ponto”, comportamento ocasionado pelo “perigo de cortes nos pés gerado pela exposição desse material em superfície” (2001: 128). Além disso, morar em um lugar aparentemente “sem limites” claros não implicaria, por exemplo, em práticas de descarte urbanas como através do uso de lixeiras escavadas no solo (DEETZ, 1996: 126; SYMANSKI, 1998; TOCCHETTO, 2003). Os artefatos ainda espalhados por toda a superfície dos terrenos não indicam que se tenha varrido as áreas periodicamente, para a formação de pequenos montes de lixo – tem-se em vista, também, a dificuldade de varrer areia em dunas. Este comportamento, portanto, talvez esteja indicando formas de tornar ainda mais cultural este ambiente natural, com vestígio de presença humana por todos os cantos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora populações pescadoras artesanais venham sendo estudadas sistematicamente por Antropólogos (DIEGUES, 2004), não foram devidamente abordadas pela ótica da Arqueologia Histórica. Todavia, a cultura material resgatada em Sauípe abre as portas a novos diálogos e sugere algumas reflexões a respeito da estruturação e das dialéticas das relações, táticas e aspectos culturais dessas comunidades, estabelecidos com a sociedade como um todo e com a paisagem na qual estão inseridas. Estudar os mais diversos grupos do mundo contemporâneo traz à tona reflexões sobre os inúmeros modos de vida e as mais diferentes expressões culturais que mediam as questões que surgem em nosso dia-a-dia. A Arqueologia, desta forma, é “uma ferramenta útil para discutir o presente tendo como ponto de partida os discursos materiais criados por nossa sociedade moderna” (FUNARI e ZARANKIN, 2005).

Pontuando aspectos da cultura material dos sítios arqueológicos em Sauípe, ressaltando dados dos processos de formação cultural dos registros, como reusos, e os primeiros aspectos da transição entre cerâmica-louça-plástico, partiu-se do pressuposto de que as pessoas são agentes ativos de constituição e mudança na sociedade, em especial através do consumo, e não, usando a expressão de David e Kramer (2002: 47), “marionetes cujo comportamento é controlado por normas socioculturais”. As sociedades estão continuamente sendo transformadas na prática, sendo apenas relativamente duradouras, e, por isso, irredutivelmente históricas, como pressupõe a teoria da prática (BOURDIEU, 1983).

Buscou-se, aqui, tecer reflexões sucintas sobre as escavações e as análises dos materiais resgatados nos sítios arqueológicos históricos do século XX nos programas de Arqueologia Preventiva levados a cabo em Sauípe, no litoral norte da Bahia. Um dos pontos principais foi procurar dar start a um diálogo em torno da louça branca (nacional e estrangeira) e de materiais que a substituíram ou foram concomitantes a ela, em alguns casos, como o plástico e o ágate, ao longo do século. Com isto, percebeu-se que o uso da louça branca não foi unânime a toda população brasileira e nem intrínseco a um teórico movimento linear de substituição da cerâmica. Processos ainda mais complexos podem ser notados quando a Arqueologia debruça-se sobre populações que não compõem os grupos de elite, como os pescadores. Novas reflexões podem ser levantadas pela Arqueologia quando amplia sua concepção rígida de tempo e suas definições por vezes demasiado restritivas.

Rafael de Abreu e Souza

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

rafaelabsouza@yahoo.com.br

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. 1996. Asentamientos militares: una perspectiva de abordaje. *Historical Archaeology in Latin America*, v. 14, 19-38.
- ANDRADE, A. W. O. 2006. *Arqueologia do lixo: um estudo de caso nos depósitos de resíduos sólidos da cidade de Mogi das Cruzes em São Paulo*. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BELLINGIERI, J. C. 2004. *A indústria cerâmica em São Paulo: um estudo sobre as empresas fabricantes de filtros de água em Jaboticabal-SP, 1920-2004*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências de Letras da Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara.
- BINFORD, L. 1977. "Historical Archaeology – Is it historical or archaeological?" *Historical Archaeology and the Importance of Material Things*, Society for Historical Archaeology, Special Publication Series (2), 13-22.
- BOURDIEU, P. 2003. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, P. 1983. "Esboço de uma teoria da prática". In R. ORTIZ (org.) *Sociologia*. São Paulo: Ática, 46-81.
- BUSCH, J. 1991. "Second time around: a look at bottle reuse". *Historical Archaeology*, vol. 21, 67-78.
- CHALHOUB, S. 2001. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Unicamp.
- CHARTIER, R. 1991. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5.
- CERSA – Companhia de Esmaltados Rio-Grandense S/A. 2004. Disponível em: www.esmaltados.com.br. Acessado em 15 Ago 2004.
- COUTO, R. C. 2003. *Os Impactos causados pela Hotelaria nas Comunidades Locais. Estudo de Caso: Complexo Costa do Sauípe*. Monografia de MBA em Turismo, Hotelaria e Entretenimento, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- DAVID, N.; KRAMER, C. 2002. "Teorizando a etnoarqueologia e a analogia". *Horizontes Antropológicos* (18), 13-60.
- DE CERTEAU, M. 2007. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- DEETZ, J. 1977. *In small things forgotten: an archaeology of early american life*. Nova York: Doubleday.
- DELEUZE, G. 1992. *Conversações*. Rio de Janeiro: Edições 34.
- DIEGUES, A. C. 2004. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: NUPAUB.
- DOCUMENTO / ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2001. *Programa Arqueológico de Resgate Complexo Ecoturístico Etapa 1, Costa do Sauípe – Bahia, Relatório Final*. São Paulo: Documento/Zanettini Arqueologia.
- DONATO, M. 1972. *O mundo do plástico: o plástico na história, o plástico no mundo, o plástico no Brasil*. São Paulo: Goyana.

- EZEQUIEL, M. 2004. Pobreza como objeto histórico: problemas empíricos e teóricos. *Revista Diálogos*, vol. 2. Disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol02_atg4.htm. Acessado em 26 Abr 2008.
- FREITAS, T. A.; RODRIGUES, A. C. C. 2006. Etnobotânica das plantas medicinais de Madre de Deus, Bahia. *Sitientibus*, Série Ciências Biológicas, vol. 6 (2), 133-137.
- FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A. 2005. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. *Pro-Posições*, vol. 16 (1), 135-144.
- GÓMEZ ROMERO, F.; BOGAZZI, M. 2001. “Mensajes dentro de la botella: análisis de los materiales vítreos del sitio “Fortín Miñana”(1860-1869)”. *II Jornadas Regionales de Historia y Arqueología del Siglo XIX*. Disponível em: www.piat.com.ar/trajor12.htm. Acessado em 15 02 2008.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. 2008. “Arqueología de la Guerra Civil Española”. *Complutum*, vol. 19 (2), 11-20.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. et al. 2010. Arqueología del fascismo en Etiopía (1936-1941). *EBRE* 38, n. 4, 233-254.
- GORDON'S THE ORIGINAL. Disponível em: www.gordons-gin.co.uk. Acessado em 28 Nov 2007.
- GORNI, A. A. 2004. *Introdução aos plásticos*. Disponível em www.gorni.eng.br. Acessado em 05 06 2009.
- GUIMARÃES, C. M. et. al. 2007. “Arqueologia e Campesinato: vestígios de uma categoria social”. *Revista Vestígios*, UFMG, 93-132.
- HALL, M.; SILLIMAN, S. W. 2006. “Introduction: Archaeology of the Modern World”. In M. HALL e S. W. SILLIMAN. (orgs.) *Historical archaeology*. Malden and London: Blackwell Publishing, 1-19.
- HALL, M. 1999. “Subaltern voices? Finding the spaces between things and words”. In P. P. A. FUNARI et al. (orgs.) *Historical Archaeology: back from de edge*. Londres: Routledge, 193-203.
- HARTOG, F. 1999. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: UFMG.
- LEONE, M. 1984. “Interpreting Ideology in Historical Archaeology: Using the Rules of Perspective in the William Paca Garden in Annapolis, Maryland”. In C. TILLEY e D. MILLER (Ed.) *Ideology, representation and Power in Prehistory*. Cambridge, 25-35.
- MALUF, U. 2002. *Cultura e mosaico: introdução a teoria das estranhezas*. Rio de Janeiro, Booklink.
- MARSON, M. D.; BELANGA, T. P. C. 2006. “Indústria mineira e paulista na década de 1930: concentração com integração”. *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira: Economia, História, Demografia e Políticas Públicas*, Diamantina. Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina. Acessado em 21 Abr 2008.

- MENESES, U. B. 1998. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 89-104.
- ORSER, C. 1996. *A Historical Archaeology of the Modern World*. Nova York: Plenum.
- PASSOS, C. A. e DI BENEDITTO, A. P. M. 2005. Captura comercial do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (L., 1763), no Manguezal de Gargaú, RJ. *Biotemas*, vol. 18 (1), 223-231.
- POLITIS, G. G. 1999. “La actividad infantil en la producción del registro arqueológico de cazadores-recolectores”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, suplemento 3, 263-283.
- PURSE, M. 1999. “Ex Occidente Lux? An Archaeology of later Capitalism in the nineteenth-century West”. In M. LEONE e P. B. POTTER JR (orgs.) *Historical Archaeologies of Capitalism*. Nova York: Plenum, 115-141.
- RICKARD, J. 2006. *Mocha and related dipped wares, 1770-1939*. Honover and London: University Press of New England.
- SAHLINS, M. 2003. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SAID, E. W. 2007. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Cia das Letras.
- SAINTE-HILAIRE, A. 1975. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco (1819)*. São Paulo, Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia Editora.
- SANTOS, M. B. 2007. *Dinâmica da regeneração de clareiras naturais na Floresta de Restinga na Ilha do Cardoso, Cananéia/SP*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, Piracicaba.
- SCHIFFER, M. 1977. “Toward a Unified Science of the Cultural Past”. In S. SOUTH (ed.). *Research strategies in historical archeology*. New York: Academic Press.
- SCHIFFER, M. B. e SKIBO, J. 1997. “The explanation of artifact variability”. *American Antiquity* (62), 27-50.
- SCHIFFER, M. B. 1972. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity* (37), 156-165.
- SCHWARTZMAN, S. 2004. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium.
- SOCIETY FOR HISTORICAL ARCHAEOLOGY. *Historic Glass Bottle Identification and Information Website*. Disponível em www.sha.org/bottle. Acessado em 24 Nov 2007.
- SOFFIATI, A. 2004. Da mão que captura o caranguejo à globalização que captura o manguezal. *Anais do II Encontro da ANPPAS*, São Paulo. Disponível em <http://143.106.158.7/anppas>. Acessado em 02 08 2008.
- SOUZA, R. A. 2012. *Louça branca para a Pauliceia*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, USP, Suplemento 14.
- STELLE, L. J. 2001. *An Archaeological Guide to Historic Artifacts of the Upper Sangamon Basin*. Chicago: Center For Social Research, Parkland College. Disponível em <http://virtual.parkland.edu/lstelle1/len/archguide/documents/arcguide.htm>. Acessado em 26 05 2009.

- SYMANSKI, L. C. P.; OZÓRIO, S. R. 1996. “Artefatos reciclados em sítios arqueológicos de Porto Alegre”. *Revista de Arqueologia* (9), 43-54.
- SYMANSKI, L. C. P. 1998. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no Século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- SYMANSKI, L. C. P. 2001. “Exposição e isolamento: práticas de descarte de refugo e mudanças de visão de mundo em um ambiente rural – sítio Fazenda Camurugi (BA)”. *Revista de Divulgação Científica*, IGPHA, vol. 4, 113-137.
- TENÓRIO, M. C. 1996. “A contribuição da Arqueologia na compreensão do desenvolvimento do mangue”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Série Ciências da Terra, Belém, vol. 8, 123-136.
- THERRIEN, M. Contextos de reflexión sobre las cerámicas arqueológicas de períodos históricos. *Arqueologia Histórica*, nº 4. Disponível em <http://swadesh.ija.unam.mx/actualidadesArqueologicas>. Acessado em 18 Jun 2006.
- TOCCHETTO, F. 2003. Fica dentro ou joga fora? Sobre praticas cotidianas em unidades domesticas na Porto Alegre oitocentista. *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, vo. 16, 59-69.
- TOLEDO, G. T. 2008. *Espaço doméstico e Patrimônio Cultural: os lugares e as louças da Estância Velha do Jarau, Quaraí-RS*. Projeto de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2006. *Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico, Empreendimento Quintas de Sauípe, Município de Mata de São João – Estado da Bahia. Relatório Final*. São Paulo: Zanettini Arqueologia.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2007. *Programa de Resgate e Valoração do Patrimônio Arqueológico Duplicação da Rodovia BA-099 (Trecho Jacuípe - Praia do Forte)*. São Paulo: Zanettini Arqueologia.
- ZANETTINI, P. E. ; BAVA DE CAMARGO, P. F. 1999. *Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles? O exemplo brasileiro*. Zanettini Arqueologia, São Paulo.

NOTAS

¹ Como “Sauípe” entende-se a região circunscrita ao distrito de Vila Sauípe e ao local que hoje corresponde à Costa do Sauípe, município de Mata de São João, e ao distrito de Porto Sauípe, município de Entre Rios, litoral norte do estado da Bahia.

² A “louça de barro” encontrada em muitos dos sítios provinha de diversas regiões, desde Itabaiana no Sergipe, até aquelas comercializadas nos mercados de Salvador, provenientes da Zona do Recôncavo [DOCUMENTO/ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2001].

³ Ciclagem lateral é o processo cultural de formação do registro arqueológico caracterizado por uma pequena mudança de usuário e/ou de unidade social do artefato, mantendo forma e função originais (SCHIFFER 1972: 159).

⁴ Politereftalato de etila, ou PET, é um poliéster, polímero termoplástico ou plástico, desenvolvido por dois químicos britânicos em 1941. As garrafas produzidas com este polímero só começaram a ser fabricadas na década de 1970, após cuidadosa revisão dos aspectos de segurança e meio ambiente, outro indicador da datação mais recente do sítio Sa 22. No mesmo sítio também foi localizado um fragmento de base de prato em faiança fina com a marca Nadir Figueiredo, fábrica nacional localizada em Pedreira, estado de São Paulo que fabricou louça entre as décadas de 1940 e 1950.

⁵ Segundo a classificação mecânica dos polímeros, estes podem ser divididos em termoplásticos (onde está a maior parte dos plásticos, polímeros comerciais), termorrígidos e elastômetros, onde estão as borrachas. Os elastômetros não são fusíveis (o que complica sua reciclagem), mas apresentam alta elasticidade (GORNI, 2004).

⁶ O PVC (poli cloreto de vinila), IUPAC *polychloroeteno*, é um plástico não 100% originário do petróleo. A maioria dos produtos de PVC (perfis de janelas, tubos de distribuição de água e de saneamento, revestimento de cabos entre outros) tem uma vida útil muito longa e alta reciclabilidade. Por outro lado, as embalagens de PVC têm curto tempo de utilização, por serem descartáveis. No entanto, a proporção dos plásticos nos aterros sanitários, segundo o Instituto do PVC, é baixa (em média, 6% do peso total), sendo que o PVC, que é reciclável, representa apenas, em média, 0,8% desse total. Apesar de remontar ao século XIX, a primeira produção comercial do PVC ocorreu nos EUA apenas nos anos 1920. Os alemães conseguiram produzi-lo nos anos 1930, enquanto que a produção britânica teve início na década de 1940 (GORNI, 2004).

⁷ Entende-se como “plástico” um dos materiais que pertence à família dos polímeros, “materiais compostos por macromoléculas (...) cadeias compostas pela repetição de uma unidade básica, chamada mero...” (GORNI, 2004).

⁸ A expressão “Era do plástico”, para o século XX, é apontada por Donato na medida em que “raros foram os materiais tradicionais que não sentiram a competição ou mesmo não perderam sua liderança” (DONATO, 1972: 3) com a popularização do produto, muito mais versátil e numeroso. Pelo menos até a Segunda Guerra, o aproveitamento do plástico foi lento, quando, a partir de então, acelerou-se vertiginosamente no quarto de século seguinte. Para a época dos sítios aqui presentes, os EUA eram os maiores produtores e exportadores de artefatos em plástico. O Brasil só começou a produzir plástico, efetivamente, na década de 1950, quando a Petrobrás instalou uma unidade petroquímica em Cubatão (DONATO, 1972: 63).

⁹ Ainda inexistem pesquisas arqueológicas sobre artefatos em ágata, ou ágata, no Brasil. Sabe-se que são recipientes de metal, em ferro, esmaltados. Os esmaltes geralmente são grossos em espessura, comparados à porcelana e à faiança fina, e coloridos, mais comumente variando entre as cores branca, verde e azul. As formas mais comuns em ágata parecem ser as do universo sanitário e de higiene pessoal, como penicos e bacias, além de canecas, bules, poucas panelas e alguns pratos, dentro do universo da alimentação. O ágata tem alto poder de conservação do calor, mantendo os alimentos quentes por mais tempo e o ferro, quando esmaltado, assume a qualidade do vidro tornando-se mais resistente à corrosão e imune ao odor (CERSA, 2004). Para a literatura americana, há a terminologia *agate ware*, que ora se refere à cerâmica com decoração semelhante a ágata (mineral) como um dos tipos das *marble ware*, ora aos recipientes de ferro esmaltado (*enameled iron*) como os apresentados aqui. Há registro de seu uso pelo menos desde o começo do século XIX (1819), quando Saint-Hilaire (1975: 75), referindo-se à casa de uma fazenda de criação de um capitão-mor, nos arredores de Formiga, em Minas Gerais, diz: “Da varanda, bastante ampla [...] passava-se para uma grande peça coberta de telha-vã e

de paredes sem caiação, cuja única mobília consistia em alguns bancos de madeira, tamboretos forrados de couro e uma enorme talha com um caneco de ferro esmaltado para retirar a água". Há também confirmação de sua produção nacional e popularização no início do século XX (podendo, claro, talvez ter havido produção nacional nos séculos anteriores), a exemplo da Fábrica de Ferro Esmaltado Sílex, e da Sociedade Anônima Comércio e Indústria "Souza Noschese", fundada na década de 1920 (MARSON e BELANGA, 2006), ambas em São Paulo. No material analisado em Sauípe, o ágate aparece nos sítios Sa 29 (cuia e prato), 34 (prato) e 40 (caneca). Por ser um metal, com maior durabilidade, o ágate é um material de baixa recorrência no registro arqueológico, com probabilidade de ser mais antigo do que o restante dos artefatos presentes num mesmo conjunto.

¹⁰ Lembra-se que a terminologia *ironstone* também é um pouco mal definida, pois algumas faianças finas vêm carimbadas como *Ironstone China*. Do mesmo modo, várias fábricas brasileiras carimbam suas louças de Porcelana, mas fabricavam porcelana brasileira, um "ironstone" nacional, terminologia que prefiro não adotar.

¹¹ Paulo Eduardo Zanettini, 2005, comunicação pessoal. Como a produção de plástico dependia da produção de resinas sintéticas, sendo sua produção e existência no Brasil baixa, a maior parte dos produtos era então importada, o que tornou natural, segundo Donato (1972: 63), a produção nacional de "quinquilharias" que invadiram o mercado, a preços reduzidos.

¹² A presença de sandália de marca Havaiana indica, pelo *terminus post quem*, que os sítios Sa 38 e 41, onde o material está presente, foram ocupados após a década de 1962, época do início da fabricação da sandália. No entanto, sabe-se que a sandália pode também se referir a apenas um dos períodos de ocupação deste sítio, o qual pode ter começado um pouco anterior e também se prolongado posteriormente.

¹³ O conceito "semióforo", termo tirado de Pomian (1977), é utilizado por Meneses (1998) para "identificar objetos excepcionalmente apropriados e (exclusivamente) capazes de portar sentido, estabelecendo uma mediação de ordem existencial (e não cognitiva) entre o visível e o invisível, outros espaços e tempos, outras faixas de realidade".

¹⁴ Em Arqueologia Histórica, sobre a relação entre manguezal e ocupação humana em períodos históricos no Brasil conferir Albuquerque, 1996. Tenório propõe que a Arqueologia tem capacidade de auxiliar as demais ciências na compreensão dos movimentos de retração e ampliação de mangues através da análise dos vestígios materiais relacionados à exploração de manguezais presentes em alguns sítios arqueológicos – no caso, os sambaquis (TENÓRIO, 1996: 124). Segundo Sérgio Buarque de Holanda, as práticas de pesca nos mangues estão ligadas mais a tradições indígenas do que necessariamente européias, haja vista o conhecimento milenar das práticas de pesca dos primeiros neste tipo de ecossistema típico de zonas tropicais. Ao conhecimento indígena vieram se somar alguns africanos com a entrada mais maciça dos escravos (BUARQUE apud SOFFIATI, 2004).

¹⁵ Usa-se "limite" e não "fronteira", pois se entende limite, aqui, como "um fator de separação, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais (GOLIN, 2002: 11). O limite está no centro da fronteira separando legalmente o que a fronteira acaba unindo" (TOLEDO, 2008).

¹⁶ O sítio Pojuca foi localizado pelo Programa de Resgate e Valoração do Patrimônio Arqueológico Duplicação da Rodovia BA-099 (Trecho Jacuípe - Praia Do Forte), distrito de Guarajuba, Camaçari, BA, em janeiro de 2007 pela empresa Zanettini Arqueologia.

¹⁷ Haja vista, por exemplo, a garrafa encontrada no sítio Sa 40. A mensagem de proibição do reuso existe na garrafa muito provavelmente porque existia nos EUA uma prática comum de reutilização desses recipientes. Esta proibição não implica numa não reutilização do recipiente no contexto de Sauípe, claro.